

Sumário

Após a verificação do quórum, a Reunião Plenária foi declarada aberta às 09 horas e 07 minutos.

Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P. Q. G. D. P.) – *Iniciou-se com uma Declaração Política do MPD apresentada pelo Sr. Deputado Miguel Monteiro (MPD) sobre crescimento económico do País e redução do desemprego, de acordo com dados do INE (Instituto Nacional de Estatística).*

No período de esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), Joana Rosa (MPD), Julião Varela (PAICV), Orlando Dias (MPD), Júlio Correia (PAICV), Luís Carlos Silva (MPD), António Monteiro (UCID), Francisco Correia (MPD), Emanuel Barbosa (MPD) e Miguel Monteiro (MPD).

Antes de iniciar a sua Declaração Política sobre as crianças que morreram carbonizadas, em São Vicente, vítimas de um incêndio, a Sra. Deputada Filomena Martins (PAICV) solicitou um minuto de silêncio, em memória a essas crianças. Posicionando-se sobre esse pedido, a Sra. Deputada Joana Rosa (MPD) referiu que o momento indicado a esse minuto de silêncio seria durante o Voto de Pesar. Sobre este assunto, interveio ainda o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV).

Seguidamente, a Sra. Deputada Filomena Martins (PAICV) apresentou então a referida a Declaração Política. No final da sua declaração, todos os presentes na Sala puseram-se de pé e guardaram um minuto de silêncio.

No período de esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados João Gomes (MPD), Dora Oriana Pires (UCID), Celeste Fonseca (MPD) e Joana Rosa (MPD).

Entretanto, o Sr. Deputado Orlando Dias (MPD) interpelou a Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Dando continuidade ao P. Q. G. D. P., o Sr. Deputado Armindo da Luz (MPD) retomou o tema da Declaração Política proferida pelo MPD, tendo o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) prestado esclarecimentos.

O Sr. Deputado Miguel Monteiro (MPD) fez uma intervenção sobre a isenção de propinas prometida pelo Governo, os Planos de Cargos, Carreiras e Salários de alguns grupos profissionais, tendo o Sr. Deputado Carlos Delgado (PAICV) prestado esclarecimentos.

O Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD) interveio sobre o crescimento económico, a redução da taxa de desemprego e maior rendimento para as pessoas. Na sequência, o Sr. Deputado Orlando Dias (MPD) usou da palavra para esclarecimentos.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado Francisco Pereira (PAICV) referiu-se ao incidente ocorrido em Bragança que pôs termo à vida do estudante Luís Giovani Rodrigues, natural da ilha do Fogo, ao que se seguiu um minuto de silêncio, de pé, dos Srs. Deputados, da Mesa e do Governo.

Logo a seguir, o Sr. Presidente chamou a atenção da Plenária sobre a necessidade de se apresentar os votos de Pesar de acordo com o Regimento da Assembleia Nacional. Neste sentido, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) interpelou a Mesa.

A seguir, os Srs. Deputados Nuiás Silva (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), Júlio Correia (PAICV), Carlos Lopes (MPD) intervieram sobre a morte do estudante Luís Giovani Rodrigues.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado (Carlos Monteiro) interveio referindo-se aos votos de pesar apresentados pelos Srs. Deputados.

O Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro de Finanças (Olavo Correia) interveio sobre a economia cabo-verdiana e o reforço da confiança dos cabo-verdianos em relação à economia do País.

Sentindo-se ofendida com a intervenção do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, a Sra. Deputada Janira Hopffer Almada (PAICV) usou da palavra ao abrigo do n.º 1, do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional,

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID) interveio para questionar o Governo se vai manter o monopólio nos transportes marítimos e também se o Executivo está em condições de resolver a situação dos seguros privados.

O Sr. Deputado Mário Teixeira (PAICV) fez uma intervenção para felicitar a selecção de um embaixador são-tomense para o cargo de Director Geral da CPLP, Abílio Fernandes, e também desejar sucessos à Dra. Georgina Melo, Directora Geral cessante.

O Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) interveio para felicitar ao Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, pelo reconhecimento do trabalho que está sendo desenvolvido no Concelho de Santa Cruz, ilha de Santiago.

Para responder às questões suscitadas durante esse período, usou da palavra o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da alínea i), do artigo 114º do Regimento.

Período da Ordem do Dia (P. O. D.) – Iniciou-se com a apresentação, pela Secretária da Mesa (Mircéa Delgado), da Resolução que cria uma Comissão Eventual de Redacção, tendo sido aprovada. Entretanto, o Sr. Deputado Moisés Borges (PAICV) interveio para solicitar a correcção do seu nome lido na composição da referida comissão.

De seguida, passou-se à discussão do pedido de avocação, para a especialidade, feito por Deputados do MPD, de alguns artigos (12º e 14º) do Projecto de Lei que estabelece as normas que regulam a realização do investimento directo dos emigrantes em Cabo Verde, tendo o Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD) feito a apresentação genérica do enquadramento do referido pedido.

Para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, no período do debate, intervieram os Srs. Deputados Felisberto Vieira (PAICV), Armindo da Luz (MPD), António Monteiro (UCID), Emanuel Barbosa (MPD), Francisco Pereira (PAICV) e Júlio Correia (PAICV).

O Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) fez uma interpelação à Mesa.

Deu-se continuidade à avocação, na especialidade, com a apresentação dos artigos 12º e 14º, que foram aprovados com alterações, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Felisberto Vieira (PAICV), Rui Semedo (PAICV), Joana Rosa (MPD), Júlio Correia (PAICV), para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Após a aprovação desses dois artigos, o Projecto de Lei que estabelece as normas que regulam a realização do investimento directo dos emigrantes em Cabo Verde foi remetido ao período de votações.

A Sra. Deputada Joana Rosa (MPD) solicitou uma suspensão por um período de 30 minutos.

A Reunião Plenária foi suspensa às 11 horas e 49 minutos, tendo sido retomada às 14 horas e 45 minutos, com a apresentação, na generalidade, da Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para proceder à primeira alteração ao Decreto-legislativo n.º 1/2008, de 18 de Agosto, que aprova a Orgânica da Polícia Judiciária, feita pela Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho (Janine Lélis).

O Sr. Deputado Luís Alves (MPD) procedeu à leitura do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado.

Durante o debate, usaram da palavra, a diverso título, para além da Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho, os Srs. Deputados João Baptista Pereira (PAICV), Filomena Gonçalves (MPD), Rui Semedo (PAICV), João Gomes (MPD), Joana Rosa (MPD), Luís Alves (MPD), Filomena Gonçalves (MPD), Mircéa Delgado (MPD), António Monteiro (UCID), Milton Paiva (MPD), João Gomes (MPD), e Júlio Correia (PAICV).

Submetida à votação na generalidade, o Diploma foi aprovado com 54 votos a favor, sendo 33 do MPD e 21 do PAICV, 2 abstenções da UCID e nenhum voto contra.

Seguidamente, passou-se à discussão, na especialidade, do referido Diploma, tendo a Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho apresentado os artigos, de 1º a 4º, os quais foram aprovados sem alterações à excepção do artigo 2º. Aquando da apresentação deste artigo, o Sr. Deputado Clóvis Silva (PAICV) pediu esclarecimentos, os quais foram prestados pela Sra.

Ministra. Entretanto, a votação final global do referido Diploma ficou agendado para o período de votações agendado para o dia seguinte.

A Reunião Plenária foi encerrada às 16 horas e 52 minutos.